

**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São
Paulo**

Danilo Barros de Freitas

Crescimento Pró-Pobre: Uma análise do estado de São Paulo na década de 2000

São Paulo
Junho de 2022

**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São
Paulo**

Danilo Barros de Freitas

Crescimento Pró-Pobre: Uma análise do estado de São Paulo na década de 2000

Monografia a ser apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos exigidos para aprovação na disciplina EAE0530 – Monografia do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas

Orientador: Manuel Enriquez Garcia

Classificação JEL: D31

São Paulo
Junho de 2022

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	8
3. METODOLOGIA.....	10
4. RESULTADOS E ANÁLISES.....	14
4.1 ESTIMAÇÃO DA EQUAÇÃO 1	14
4.2 ESTIMAÇÃO DA EQUAÇÃO 1 COM DUMMIES REGIONAIS	14
4.3 ESTIMAÇÃO DA EQUAÇÃO 2	16
4.4 ESTIMAÇÃO DA EQUAÇÃO 2 COM DUMMIES REGIONAIS	17
4.5 CURVAS DE CRESCIMENTO-POBREZA DE SON	20
4.6 CLASSIFICAÇÃO DO CRESCIMENTO E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	23
5. CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS.....	27

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Estatísticas Descritivas	10
Tabela 2: Taxas de pobreza e crescimento da renda domiciliar per capita nas quinze mesorregiões do estado de São Paulo	11
Tabela 3: Estimação da equação 1 com dummies regionais	15
Tabela 4: Estimação da equação 2 com dummies regionais	18
Tabela 5: Distribuição do tipo de crescimento pró-pobre para os resultados da tabela 4.....	20
Tabela 6: Curvas de crescimento-pobreza das mesorregiões e estado	21
Tabela 7: Distribuição dos municípios por mesorregiões de acordo com a classificação do crescimento	22
Tabela 8: Indicadores socioeconômicos dos municípios de acordo com a classificação do crescimento	24

RESUMO

Este trabalho busca analisar a qualidade do crescimento econômico do estado de São Paulo na década de 2000 no quesito de como o crescimento contribuiu para a redução da pobreza dos municípios. Isto foi feito por dois métodos distintos, o primeiro sendo estimação utilizando o método de mínimos quadrados ordinários e o segundo sendo uma análise comparativa do crescimento da renda per capita das parcelas mais pobres da população em relação ao crescimento da renda per capita total. Os dados utilizados para análise são dos Censos Demográficos (IBGE) de 2000 e 2010. Os resultados de ambos os métodos evidenciam que o crescimento econômico do estado e a maior parte dos municípios foi pró-pobre. Finalmente, é feita uma comparação de indicadores socioeconômicos entre as diferentes categorias de crescimento.

Palavras-chave: crescimento pró-pobre, desigualdade de renda, pobreza

ABSTRACT

This paper seeks to analyse the quality of economic growth of the state of São Paulo during the period between 2000 and 2010 in how economic growth affected the reduction of poverty in municipalities. This was done through two different methods, the first being a regression analysis using the ordinary least squares method and the second being a comparative analysis of per capita income growth of the poorest portions of the population against total per capita income growth. The data used for analysis are from IBGE's censuses of 2000 and 2010. The results of both methods show that economic growth as a whole and in a majority of municipalities is pro-poor. Finally, a comparison of socioeconomical statistics between different categories of economic growth is made.

Key words: pro-poor growth, income inequality, poverty

1. INTRODUÇÃO

A redução da pobreza por meio do crescimento econômico é um tema que ganhou destaque a partir da década de 1970. É neste ponto do tempo em que é reconhecido que problemas de desigualdade de renda e pobreza não estavam sendo resolvidos por instituições para o desenvolvimento e pela academia, e que o crescimento econômico deveria ser feito de modo que integrasse as parcelas mais pobres da população e permitisse que as parcelas mais pobres da população também se beneficiasse de seus frutos (ROCHA, 2003).

No Brasil, esta preocupação se torna mais evidente no fim da década de 1980 e começo da década de 1990. O inciso VII do art. 170 da Constituição Brasileira de 1988 estabelece a redução das desigualdades regionais e sociais como um dos princípios da ordem econômica do país. É na década de 1990 que o governo federal começa a instituir diferentes programas assistencialistas de transferência de renda direta. Destes se destacam o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, estes instituídos em 2001, o Fome Zero, instituído em 2003, e o Programa Bolsa Família (PBF), de 2004, que unificou todos os programas já citados e o Cadastro Único do Governo Federal. Segundo o Banco Mundial (2010), até setembro de 2010, o PBF havia atendido pelo menos 12,7 milhões de famílias brasileiras, cerca de 50 milhões de indivíduos.

Além dos programas assistencialistas, a economia do país cresceu significativamente na década. De acordo com o Banco Mundial¹, o PIB (a preços constantes de 2020) foi de R\$ 2,71 trilhões em 2000 para R\$ 3,89 trilhões em 2010, um crescimento real de 43,6%, enquanto o salário mínimo no início do ano de 2000 estava a R\$ 136,00 e chegou a R\$ 540,00 no fim de 2010, tendo um aumento real de 97,4%². Estes aumentos implicam crescimento da renda média, especialmente dos mais pobres, que são mais beneficiados pelo aumento do salário mínimo.

¹ Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KN?locations=BR>>. Acesso em 7 nov. 2021.

² Valor do salário mínimo corrigido de acordo com a calculadora do IPCA disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>, para o período de janeiro de 2000 a dezembro de 2010.

O objetivo deste trabalho é analisar empiricamente e qualificar o crescimento econômico dos municípios e mesorregiões do estado de São Paulo. Isto será feito por dois conceitos distintos; o primeiro é o da elasticidade pobreza-crescimento, incluindo a elasticidade pobreza-crescimento corrigido pela desigualdade, e o segundo é a curva crescimento-pobreza de Son.

Tendo o contexto atual do tema, os estudos realizados até então sobre o Brasil e o objetivo, espera-se que este trabalho contribua para preencher a lacuna de estudos sobre crescimento pró-pobre entre municípios.

Além deste capítulo introdutório, o trabalho conta com mais quatro seções. No segundo capítulo, é feita uma revisão da literatura do tema. No terceiro capítulo, são descritos os dados que serão utilizados e os modelos de estimação e seus métodos. No quarto capítulo, os resultados são apresentados e analisados de acordo com as metodologias utilizadas. No quinto e último capítulo são feitos comentários finais sobre os resultados e expostas limitações do trabalho e sugestões para trabalhos futuros que sigam o tema.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Kakwani e Pernia (2000) definem o conceito de crescimento pró-pobre como o tipo de crescimento que permite os pobres participarem e beneficiarem do crescimento econômico, tendo por resultado que ninguém numa sociedade seja privado de suas necessidades básicas. Para tal, é necessário tanto a remoção de barreiras institucionais anti-pobres, por exemplo, através de políticas anti-discriminação ou políticas de acesso à moradia, quanto políticas pró-pobres diretas, como maior investimento em serviços como educação e saúde e políticas que forneçam benefícios financeiros para os mais pobres, como acesso ao crédito, reformas tributárias progressivas ou estímulo ao emprego.

Analiticamente, existem divergências sobre como qualificar o crescimento econômico de uma determinada região num determinado intervalo temporal como pró-pobre. Kakwani e Pernia (2000) consideram o crescimento como estritamente pró-pobre quando os mais pobres se beneficiam mais do que os não-pobres, e não-estritamente pró-pobre quando os pobres se beneficiam do crescimento, mas não mais do que o restante da sociedade.

Por outro lado, Son (2004) considera que o crescimento pró-pobre só acontece quando o crescimento da renda dos n por cento mais pobres da população é maior do que o crescimento da renda de toda a população, para $n = 1, 2, 3, \dots, 100$. Isto significa um deslocamento de toda a curva de Lorenz para cima.

Outro fator importante para a análise do crescimento pró-pobre é a desigualdade. Ravallion (1997) diz que a alta desigualdade de renda afeta negativamente tanto o potencial de crescimento da economia quanto como os pobres se beneficiam do crescimento econômico. Esta segunda consequência advém de que o crescimento da renda seguirá a mesma distribuição da renda da população, portanto, os mais pobres terão um menor crescimento absoluto da renda, causando uma redução da desigualdade de renda menor ou até o aumento desta.

Tochetto et al. (2004) analisa o crescimento de 10 estados brasileiros na década de 1990, concluindo que o crescimento variou entre os estados e apenas o Ceará e o Distrito Federal demonstraram crescimento pró-pobre. Godoy e Rodrigues (2017)

analisam todos os estados brasileiros no período de 2003 a 2013, e encontram que o crescimento pró-pobre não acontece principalmente em estados do Norte e Nordeste, onde a desigualdade de renda é maior. Estudos fazendo comparações entre municípios de um mesmo estado são poucos, entre os que já existem estão para Minas Gerais (Resende, 2008), Ceará (Ribeiro Justo e Ferreira da Silva, 2003) e Rio Grande do Sul (Gonçalves, 2010).

3. METODOLOGIA

Os dados a serem utilizados são provenientes dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, de autoria do IBGE. As variáveis que tomamos do Censo foram a renda domiciliar e o número de residentes na moradia. Destas calculamos a renda domiciliar per capita, com a qual conseguimos por sua vez determinar quem está abaixo da linha de pobreza escolhida, de até meio salário mínimo de 2010³, a mesma utilizada por Resende (2008). Por último, obtivemos o índice de Gini em 2000 para os municípios paulistas do DATASUS⁴.

Tabela 1: Estatísticas Descritivas

	Mínima	Máxima	Média	Mediana	Desvio Padrão
Renda domiciliar per capita média (2000) (R\$)	228,25	1.821,52	565,89	535,52	190,96
Renda domiciliar per capita média (2010) (R\$)	324,03	2042,40	713,49	681,98	196,39
Proporção de pobres (2000) (%)	5,51	79,81	41,21	40,40	12,63
Proporção de pobres (2010) (%)	4,30	64,43	22,46	20,59	9,33
Índice de Gini (2000)	0,3560	0,7657	0,5218	0,5215	0,0577

Fonte: IBGE e DATASUS

³ O valor de meio salário mínimo em 2010 é de R\$ 270,00.

⁴ Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginisp.def>>. Acesso em 20 jun. de 2021.

Tabela 2: Taxas de pobreza e crescimento da renda domiciliar per capita nas quinze mesorregiões do estado de São Paulo

Região	Percentual da população abaixo da linha de pobreza em 2000	Percentual da população abaixo da linha de pobreza em 2010	Alteração relativa	Taxa de crescimento da renda domiciliar per capita ao ano
São José do Rio Preto	33,3%	13,6%	-59,2%	2,63%
Ribeirão Preto	30,5%	15,3%	-49,9%	2,51%
Araçatuba	35,5%	16,3%	-54,0%	1,96%
Bauru	32,5%	16,8%	-48,3%	2,30%
Araraquara	29,4%	14,5%	-50,7%	2,54%
Piracicaba	26,6%	14,7%	-44,8%	2,26%
Campinas	25,3%	13,7%	-46,1%	2,16%
Presidente Prudente	42,1%	20,6%	-51,0%	2,54%
Marília	36,0%	19,1%	-46,9%	2,37%
Assis	40,1%	20,5%	-48,7%	2,61%
Itapetininga	49,4%	30,9%	-37,4%	2,46%
Macro Metropolitana Paulista	29,0%	15,9%	-45,1%	2,45%
Vale do Paraíba Paulista	33,0%	20,4%	-38,4%	2,27%
Litoral Sul Paulista	50,3%	35,6%	-29,1%	1,80%
Metropolitana de São Paulo	26,3%	18,2%	-30,8%	2,13%
Estado de São Paulo	29,1%	17,7%	-39,3%	2,20%

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010

Para a análise, primeiro estimaremos a elasticidade pobreza-crescimento dos municípios. Esta elasticidade apenas demonstra a correlação entre as duas variáveis de maneira exploratória, não expondo quais são os mecanismos por trás de tal relação, o que não é o objetivo deste trabalho. Serão utilizados mínimos quadrados ordinários para a estimação da equação 1, conforme apresentada em Resende (2008, p. 130). Faremos a estimativa com e sem dummies regionais para termos a elasticidade do estado de São Paulo como um todo e das mesorregiões individuais.

$$\ln(\Delta prop_i) = \alpha + \beta \ln(\Delta rendapc_i) + \epsilon \quad (1)$$

Para estimar a elasticidade pobreza-crescimento corrigida pela desigualdade, utilizaremos a equação 2. Nesta, é adicionado o termo $(1 - gini_i)$, de modo que o índice de Gini é linear e proporcionalmente inverso ao efeito do crescimento econômico sobre a pobreza. Hipoteticamente, um índice de Gini de 1, ou seja, uma única pessoa detém toda a renda de uma população, significaria que apenas esta pessoa seria beneficiada pelo aumento da renda e não existiria qualquer impacto sobre a pobreza. Assim como com a equação, faremos a estimativa com e sem dummies regionais.

$$\ln(\Delta prop_i) = \alpha + \beta(1 - gini_i) \ln(\Delta rendapc_i) + \epsilon \quad (2)$$

Para ambos os estimadores, se β é negativo e maior que 1 em módulo, temos que o crescimento é estritamente pró-pobre, como definido por Kakwani e Pernia (2000). Isto significa que para cada 1% de crescimento econômico, temos que a proporção de pobres na sociedade é reduzida em mais de 1%. Por outro lado, se β é negativo, mas menor que 1 em módulo, o crescimento é não-estritamente pró-pobre. Se β é positivo, então o crescimento econômico é empobrecedor, ou seja, ele aumenta a desigualdade de renda.

Em terceiro lugar, calcularemos as curvas crescimento-pobreza de Son. Como já exposto na seção 1, o método de Son (2004) define o crescimento pró-pobre quando o crescimento da renda média dos $n\%$ mais pobres da sociedade é maior que o crescimento da renda média da população, para $n = 1, 2, 3, \dots, 100$. Para este trabalho, dividiremos a população de cada município em cinco quintis de renda e compararemos o crescimento da renda média entre 2000 e 2010 para cada uma das faixas acumuladas.

A análise para as curvas de crescimento-pobreza enquadraria os resultados em quatro casos:

1. Se o crescimento da renda média dos $n\%$ mais pobres é maior que o crescimento da renda média de toda a população para $n = 1, 2, 3, \dots, 100$, então o crescimento é pró-pobre.
2. Se o crescimento da renda média dos $n\%$ mais pobres é menor que o crescimento da renda média da população para $n = 1, 2, 3, \dots, 100$, mas ainda positivo, então o crescimento reduz a pobreza, mas aumenta a desigualdade de renda, o que é classificado como crescimento não pró-pobre.
3. Se o crescimento da renda média dos $n\%$ mais pobres é negativo, mas o crescimento da renda média da população é positivo, então o crescimento é empobrecedor, aumentando tanto a proporção de pobres quanto a desigualdade de renda da população.
4. Em demais casos, o crescimento é inconclusivo.

Com as curvas crescimento-pobreza de Son, faremos uma análise exploratória utilizando indicadores socioeconômicos de renda, educação, saúde e qualidade de moradia de acordo com a classificação do crescimento.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 ESTIMAÇÃO DA EQUAÇÃO 1

Como já mencionado na seção 3, estimaremos a equação 1 utilizando o método de mínimos quadrados ordinários (MQO), sendo a variável dependente a variação da proporção de pobres na população e a variável independente é a variação da renda domiciliar per capita média. Os valores estimados estão representados na equação 3.

$$\ln(\Delta prop_i) = -2,10 - 0,32 \ln(\Delta renda pc_i) \quad (3)$$
$$(0,027)*** (0,029)***$$

Em que os números entre parênteses são os desvios-padrão robustos à heterocedasticidade e significantes estatisticamente ao nível de 1%. Temos que estatística $F = 121,7$; $R^2 = 0,16$; número de observações = 643.

Este modelo apresenta uma taxa de crescimento pró-pobre. Para cada aumento de 1% da renda domiciliar per capita média, a proporção de pobres diminui em 0,32%. Este pode ser considerado um crescimento fracamente pró-pobre, no qual embora a população abaixo da linha de pobreza também seja beneficiada pelo crescimento da renda, este benefício é menor que o que a população como um todo recebe.

4.2 ESTIMAÇÃO DA EQUAÇÃO 1 COM DUMMIES REGIONAIS

Faremos uma segunda estimativa da equação 1, desta vez utilizando dummies regionais. Neste caso, apenas a mesorregião Metropolitana de São Paulo não terá uma dummy própria na equação. Os resultados da estimativa estão na tabela 3.

Tabela 3: Estimação da equação 1 com dummies regionais

Intercepto	-1,531*** (0,057)
Coeficientes regionais	São José do Rio Preto -1,385*** (0,103)
	Ribeirão Preto -0,635*** (0,142)
	Araçatuba -0,409*** (0,153)
	Bauru -0,893*** (0,158)
	Araraquara -0,942*** (0,285)
	Piracicaba -0,062 (0,247)
	Campinas -0,272 (0,217)
	Presidente Prudente -1,151*** (0,126)
	Marília -0,907*** (0,177)
	Assis -1,197*** (0,160)
	Itapetininga -0,339* (0,189)
	Macro Metropolitana Paulista -0,279 (0,264)
	Vale do Paraíba Paulista -0,245 (0,230)
	Litoral Sul Paulista -0,290 (0,403)
	Metropolitana de São Paulo 0,067' (0,040)

R² Ajustado: 0,431

Teste F: 33,55

Número de observações: 629

Os números entre parênteses são os desvios-padrão robustos à heterocedasticidade. ““, “*”, “**” e “***” indicam significância estatística aos níveis de 10%, 5%, 1% e 0,1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010

Adicionando as variáveis dummies, vemos que o intercepto e oito das quinze mesorregiões possuem relação estatisticamente significante até 5%, enquanto a mesorregião Metropolitana Paulista possui uma significância de 10% e o restante são insignificantes.

Das regiões que são estatisticamente significantes, temos que a elasticidade de maior relação é de São José do Rio Preto, em que um aumento de 1% da renda per capita significa uma redução de 1,39% da população abaixo da linha de pobreza, o que caracteriza um crescimento fortemente pró-pobre. Presidente Prudente e Assis também demonstram crescimento fortemente pró-pobre. Por outro lado, a região Metropolitana de São Paulo apresenta uma elasticidade positiva, significando um crescimento empobrecedor, em que um aumento de 1% da renda per capita traduz em um aumento 0,07% da população abaixo da linha de pobreza.

4.3 ESTIMAÇÃO DA EQUAÇÃO 2

Na equação 2, adicionamos o termo $(1 - gini_i)$, relacionando inversamente o índice de Gini dos municípios ao efeito do crescimento da renda domiciliar per capita média sobre a variação da proporção de pobres. Os valores estimados estão representados na equação 4.

$$\ln(\Delta prop_i) = -2,22 - 1,02(1 - gini_i) \ln(\Delta rendapc_i) \quad (4)$$

$$(0,029)*** (0,072)***$$

Em que os números entre parênteses são os desvios-padrão robustos à heterocedasticidade e significantes estatisticamente ao nível de 1%. Temos que estatística F = 200,7; R² = 0,24; número de observações = 643.

Condicionando o crescimento da renda ao índice de Gini ainda resulta em um crescimento pró-pobre. Para cada aumento de 1% da renda domiciliar per capita, a proporção de pobres diminui em 1,02% para um índice de Gini igual a zero. Isto significa que um município com índice de Gini menor ou igual a 0,020 teria um crescimento fortemente pró-pobre, ou seja, a população abaixo da linha de pobreza é mais beneficiada que a população como um todo proporcionalmente. Porém, em nossa

amostra vimos que o menor índice de Gini no estado é de 0,356, portanto, o crescimento também será fracamente pró-pobre para todos os municípios.

O município em questão, Parisi, teria uma elasticidade pobreza-crescimento de -0,657, ou seja, para um crescimento de 1% na renda média, a proporção de pessoas abaixo da linha diminui em 0,657%. Por outro lado, o município com o maior índice de Gini, Emilianópolis, com um índice de 0,766, tem uma elasticidade de apenas -0,239.

4.4 ESTIMAÇÃO DA EQUAÇÃO 2 COM DUMMIES REGIONAIS

Como a equação 1, faremos uma segunda estimativa da equação 2 com dummies regionais. Os resultados estão na tabela 4.

Tabela 4: Estimação da equação 2 com dummies regionais

Intercepto	-1,785*** (0,066)
Coeficientes regionais	São José do Rio Preto -2,277*** (0,204)
	Ribeirão Preto -0,919* (0,285)
	Araçatuba -2,232*** (0,304)
	Bauru -1,391*** (0,302)
	Araraquara -1,442* (0,559)
	Piracicaba 0,234 (0,506)
	Campinas -0,112 (0,434)
	Presidente Prudente -1,886*** (0,249)
	Marília -1,405*** (0,333)
	Assis -1,897*** (0,318)
	Itapetininga -0,273 (0,437)
	Macro Metropolitana Paulista 0,048 (0,537)
	Vale do Paraíba Paulista -0,042 (0,498)
	Litoral Sul Paulista 0,018 (1,027)
	Metropolitana de São Paulo -0,259*** (0,114)

R² Ajustado: 0,348

Teste F: 23,87

Número de observações: 629

Os números entre parênteses são os desvios-padrão robustos à heterocedasticidade. “”, “*”, “**” e “***” indicam significância estatística aos níveis de 10%, 5%, 1% e 0,1%, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010

Adicionando as variáveis dummies, temos um resultado parecido com ao da tabela 3, em que 9 das mesorregiões tiveram uma elasticidade estatisticamente significante.

Olhando para as regiões que tivemos significância estatísticas, a elasticidade com maior grau de relação foi novamente a região de São José do Rio Preto, com um valor de -2,277, e a menor foi a região Metropolitana de São Paulo, com uma elasticidade de -0,259. Porém, é necessário olhar para os índices de Gini dos municípios destas mesoregiões para podermos classificar o crescimento.

Na região de São José do Rio Preto, o município com menor índice de Gini é Parisi, com um valor de 0,356. Portanto, temos que em Parisi um aumento de 1% na renda média per capita significa uma redução de 1,47% da proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, ou seja, um crescimento pró-pobre. Por outro lado, o município com maior índice de Gini nesta região é São João de Iracema, com um valor de 0,664. Para este município, o aumento de 1% na renda per capita média dá uma redução de 0,77% da proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, já sendo um valor classificado como fracamente pró-pobre.

Na região Metropolitana de São Paulo, o município com menor índice de Gini é Rio Grande da Serra, com um índice de 0,462, o que resulta em uma elasticidade final de -0,139. O município com maior índice de Gini na região é Santana de Parnaíba, num valor de 0,722, e uma elasticidade de -0,072. Estes resultados contrastam significativamente com os da tabela 3, que embora sejam elasticidades pequenas, o crescimento ainda é pró-pobre.

Na tabela 5, apresentamos a distribuição das elasticidades por município de acordo com a classificação de fortemente pró-pobre ou fracamente pró-pobre. Os municípios cujo crescimento é classificado como fortemente pró-pobre estão concentrados nas mesorregiões de São José do Rio Preto e Araçatuba, enquanto fazem uma minoria dos municípios das regiões de Presidente Prudente e Assis. O restante das mesorregiões apresenta 100% de crescimento fracamente pró-pobre.

Tabela 5: Distribuição do tipo de crescimento pró-pobre para os resultados da tabela 4

Região	Fortemente Pró-Pobre	Fracamente Pró-Pobre
São José do Rio Preto	92 (84,4%)	17 (15,6%)
Ribeirão Preto	0 (0,0%)	66 (100,0%)
Araçatuba	29 (80,6%)	7 (19,4%)
Bauru	0 (0,0%)	56 (100,0%)
Araraquara	0 (0,0%)	21 (100,0%)
Presidente Prudente	13 (24,1%)	41 (75,9%)
Marília	0 (0,0%)	20 (100,0%)
Assis	6 (17,1%)	29 (82,9%)
Metropolitana de São Paulo	0 (0,0%)	45 (100,0%)
Total	140 (31,7%)	302 (68,3%)

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010

4.5 CURVAS DE CRESCIMENTO-POBREZA DE SON

Como mencionado na seção 3, nesta subseção analisaremos as curvas de crescimento-pobreza de Son, classificando as curvas de crescimento-pobreza das mesorregiões e do estado na tabela 6 e fazendo a distribuição das curvas de crescimento-pobreza dos municípios por tipo, agrupados pelas mesorregiões a que pertencem, na tabela 7.

Tabela 6: Curvas de crescimento-pobreza das mesorregiões e estado

Mesorregião	Taxa de crescimento da renda domiciliar per capita dos p% mais pobres (a.a.)					Classificação
	20%	40%	60%	80%	100%	
São José do Rio Preto	5,82	5,59	5,09	4,35	2,63	Pró-Pobre
Ribeirão Preto	4,51	4,54	4,14	3,54	2,51	Pró-Pobre
Araçatuba	5,34	5,04	4,73	4,22	1,96	Pró-Pobre
Bauru	4,68	4,44	4,05	3,43	2,30	Pró-Pobre
Araraquara	4,84	4,48	3,98	3,40	2,54	Pró-Pobre
Piracicaba	3,85	3,77	3,35	2,83	2,26	Pró-Pobre
Campinas	4,09	3,67	3,40	2,90	2,16	Pró-Pobre
Presidente Prudente	6,05	5,64	5,32	4,46	2,54	Pró-Pobre
Marília	4,41	4,31	4,20	3,60	2,37	Pró-Pobre
Assis	5,44	5,02	4,71	4,12	2,61	Pró-Pobre
Itapetininga	5,57	5,29	5,14	4,26	2,46	Pró-Pobre
Macro Metropolitana Paulista	4,25	4,17	3,60	3,03	2,45	Pró-Pobre
Vale do Paraíba Paulista	3,79	3,81	3,34	2,66	2,27	Pró-Pobre
Litoral Sul Paulista	4,74	4,50	4,04	3,42	1,80	Pró-Pobre
Metropolitana de São Paulo	2,98	2,98	2,29	1,86	2,13	Inconclusivo
Estado de São Paulo	4,13	3,58	2,96	2,70	2,20	Pró-Pobre

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010

As curvas de crescimento-pobreza mostram um cenário de crescimento pró-pobre geral, sendo que 14 das 15 mesorregiões podem ser classificadas como tal. A Região Metropolitana de São Paulo é a única exceção, cujo crescimento é classificado como inconclusivo.

Tabela 7: Distribuição dos municípios por mesorregiões de acordo com a classificação do crescimento

Mesorregião	Classificação do crescimento da renda				Número de Municípios
	Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Empobrecedor	Inconclusivo	
São José do Rio Preto	94 (86,2%)	3 (2,8%)	0 (0,0%)	12 (11,0%)	109
Ribeirão Preto	52 (78,8%)	5 (7,6%)	0 (0,0%)	9 (13,6%)	66
Araçatuba	28 (77,8%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	8 (22,2%)	36
Bauru	47 (83,9%)	1 (1,8%)	0 (0,0%)	8 (14,3%)	56
Araraquara	20 (95,2%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (4,8%)	21
Piracicaba	21 (80,8%)	1 (3,8%)	0 (0,0%)	4 (15,4%)	26
Campinas	43 (87,8%)	1 (2,0%)	0 (0,0%)	5 (10,2%)	49
Presidente Prudente	47 (87,0%)	1 (1,9%)	0 (0,0%)	6 (11,1%)	54
Marília	14 (70,0%)	2 (10,0%)	0 (0,0%)	4 (20,0%)	20
Assis	26 (74,3%)	4 (11,4%)	0 (0,0%)	5 (14,3%)	35
Itapetininga	33 (91,7%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	3 (8,3%)	36
Macro Metropolitana Paulista	29 (80,6%)	1 (2,8%)	0 (0,0%)	6 (16,7%)	36
Vale do Paraíba Paulista	31 (79,5%)	2 (5,1%)	0 (0,0%)	6 (15,4%)	39
Litoral Sul Paulista	15 (88,2%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (11,8%)	17
Metropolitana de São Paulo	34 (75,6%)	2 (4,4%)	0 (0,0%)	9 (20,0%)	45
Estado de São Paulo	534 (82,8%)	23 (3,6%)	0 (0,0%)	88 (13,6%)	645

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010

Pela tabela 7, vemos que 82,8% dos municípios paulistas tiveram crescimento pró-pobre, e nenhum foi classificado como crescimento empobrecedor. Apesar de a mesoregião Metropolitana de São Paulo ser a única classificada como crescimento inconclusivo na tabela 6, ela apresenta uma proporção de municípios com crescimento pró-pobre maior do que as mesorregiões de Marília e Assis. Isso se deve aos municípios que não tiveram crescimento pró-pobre na mesorregião, que representam 69,8% da população total, destacando-se o município de São Paulo, cuja população de 11,3 milhões em 2010 representa 53,2% da população.

Outro ponto a se destacar é a proporção relativamente baixa de municípios classificados como inconclusivos no geral, evidenciando que os critérios de classificação não precisam ser ajustados para obtermos um cenário mais claro dos municípios.

4.6 CLASSIFICAÇÃO DO CRESCIMENTO E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Pela tabela 7, temos que uma grande maioria dos municípios podem ter seu crescimento classificado como pró-pobre usando o conceito da curva de crescimento-pobreza de Son. Embora nas seções 4.1 a 4.4 tenhamos investigado apenas a relação entre o crescimento de renda e a taxa de pobreza, nesta seção faremos uma comparação entre os municípios de acordo com a classificação da sua curva de crescimento-pobreza utilizando indicadores socioeconômicos. Esta comparação é feita na tabela 8.

Tabela 8: Indicadores socioeconômicos dos municípios de acordo com a classificação do crescimento

	Pró-Pobre	Não Pró-Pobre	Inconclusivo
Número de municípios	534	23	88
Percentual de pobres em 2000	41,2%	37,7%	41,9%
Renda per capita em 2000 (R\$)	564,82	577,88	569,25
Taxa de crescimento da renda per capita em 2000-2010 (a.a.)	2,94%	5,55%	3,62%
Índice de Gini em 2000	0,526	0,467	0,509
Percentual de pessoas com 25 anos ou mais que concluíram o ensino médio em 2000	16,3%	15,1%	16,0%
Percentual de pessoas com 25 anos ou mais que concluíram o ensino superior em 2000	4,2%	4,4%	3,7%
Percentual de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas em 2000	7,8%	8,2%	7,8%
Média de anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais em 2000	3,9	3,9	3,9
Mortalidade infantil em 2000	20,9	26,1	21,3
Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo em	79,8%	83,9%	76,2%
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada em 2000	80,8%	82,9%	78,5%
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica em 2000	98,8%	99,5%	98,8%

Fonte: Elaboração própria utilizando dados do IBGE e SEADE. Números representam médias aritméticas.

Os municípios com crescimento classificado como não pró-pobre são apenas 2,3% do total dos municípios, como já visto na tabela 7, mas a tabela 8 mostra que estes são um *outlier*. Os municípios com crescimento não pró-pobre apresentam índices médios melhores que os municípios com crescimento pró-pobre, ao contrário do que se esperava. Os municípios que estão classificados com inconclusivos não diferem muito dos que estão classificados como pró-pobre.

Como já explorado neste trabalho, presumimos que quanto menor a desigualdade de renda, mais os pobres se beneficiam mais do crescimento econômico proporcionalmente ao todo, significando uma maior tendência de haver um crescimento pró-pobre. Similarmente, uma menor desigualdade de renda também pode estar relacionada a um maior grau de acesso a serviços públicos, o que tem como consequência indicadores socioeconômicos melhores.

Esta inversão pode ser devido a estes municípios já estarem em um nível de desenvolvimento mais avançado, incluindo uma taxa de pobreza menor, o que pode significar existir um fator de retornos decrescentes para redução de pobreza através do crescimento da renda. Além disto, estes municípios possuem uma taxa menor de pessoas que completaram o ensino médio e maior taxa de analfabetos enquanto a taxa de pessoas que completaram o ensino superior é ligeiramente maior que as outras categorias. Como estes fatores estão relacionados com níveis salariais, isso pode significar que nestes municípios existe um *gap* salarial maior; através de salários menores para trabalhadores menos qualificados e uma proporção maior de trabalhadores mais qualificados e mais bem pagos.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho analisamos a relação entre crescimento de renda e pobreza no estado de São Paulo na década de 2000. A análise inicial mostrou que em média a renda domiciliar per capita cresceu e a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza definida diminuiu em todo o estado de São Paulo, e utilizando dois métodos diferentes foi possível explicitar a relação entre as duas estatísticas, produzindo o resultado de que o crescimento foi pró-pobre em maior parte do estado, com ambos os métodos.

As mesorregiões que se destacam com crescimento pró-pobre foram São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Assis. Mesmo sem levar em conta o índice de Gini, que tanto com quanto sem as dummies regionais mostrou uma elasticidade maior, estas regiões ainda apresentaram um crescimento fortemente pró-pobre. Quando levamos em conta o índice de Gini, Araçatuba também se destaca. Um problema

evidente nas regressões foi o alto número de dummies que tiveram um coeficiente estatisticamente insignificante em ambos os casos.

Para estas mesorregiões com coeficiente estatisticamente insignificante, as curvas de crescimento-pobreza de Son (seção 4.5) as classificam como crescimento pró-pobre. Olhando para a distribuição das classificações dentro destas mesorregiões, Itapetininga, o Litoral Sul Paulista e Campinas tiveram a segunda, terceira e quarta maiores proporções de municípios classificados como pró-pobres, respectivamente, enquanto Piracicaba, a região Macro Metropolitana Paulista e o Vale do Paraíba Paulista ficaram em oitavo, nono e décimo lugar, respectivamente, nesta estatística.

Com estas evidências, podemos afirmar que durante a década de 2000 o crescimento econômico no estado de São Paulo como um todo pode ser classificado como pró-pobre. Entre os principais fatores para redução de pobreza, podemos listar a redução do desemprego e aumento da proporção de cargos de salário mais alto (Carvalhaes et al., 2014), aumentos reais do salário mínimo e sua participação na renda familiar (Serrano e Summa, 2011) e transferências de renda direta como o Programa Bolsa Família (Neto e Azzoni, 2014).

Este trabalho teve um objetivo exploratório, tendo lacunas em explicações mais complexas para os resultados. Para tais explicações, sugerimos a análise de dados sobre transferências diretas de renda, e também investimento governamental em educação, saúde e outras políticas indiretas que fomentem o combate à pobreza. Alternativamente, existe uma lacuna até de trabalhos exploratórios para outros estados e regiões que podem ser realizados. Por último, o próximo censo ainda não foi publicado, mas poderá ser uma nova base de dados interessante a ser explorada devido à década de 2010 experimentar uma longa recessão econômica, contrastando com a década de 2000 e possibilitando comparações entre as situações econômicas distintas.

Referências Bibliográficas

CARVALHAES, Flavio Alex de Oliveira; BARBOSA, Rogério Jerônimo; DE SOUZA, Pedro Herculano G. F.; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda: Uma análise da década de 2000.

Revista Brasileira de Ciencias Sociais, [S. I.], v. 29, n. 85, 2014. DOI: 10.1590/S0102-69092014000200006.

GODOY, Karine Rosa; RODRIGUES, Rodrigo Viela. Crescimento pró-pobre no Brasil: uma análise do período 2003-13 para os estados brasileiros. **Ensaio FEE**, [S. I.], v. 38, n. 1, p. 185–214, 2017.

GONÇALVES, Margarete Leniza Lopez. Crescimento Pró-Pobre Nos Coredes E Municípios Gaúchos: Uma Análise Econométrica (2000-2006). **Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento)**, [S. I.], p. 100, 2010. Disponível em: http://tde.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2823.

KAKWANI, Nanak; PERNIA, Ernesto M. What is pro-poor growth? **Asian Development Review**, [S. I.], v. 18, n. 1, p. 1–16, 2000.

NETO, Raul da Mota Silveira; AZZONI, Carlos Alberto. Os programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil. *In: Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania*. Brasília-DF: IPEA, 2014. p. 217–232. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19366/programa-bolsa-familia-uma-decada-de-inclusao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

RAVALLION, Martin. Can high-inequality developing countries escape absolute poverty? **Economics Letters**, [S. I.], v. 56, n. 1, p. 51–57, 1997. DOI: 10.1016/s0165-1765(97)00117-1.

RESENDE, Guilherme Mendes. O crescimento econômico dos municípios mineiros tem sido pró-pobre? Uma análise para o período 1991-2000. **Nova Economia**, [S. I.], v. 18, n. 1, p. 119–154, 2008. DOI: 10.1590/s0103-63512008000100005.

RIBEIRO JUSTO, Wellington; FERREIRA DA SILVA, Andréa. Análise De

Crescimento Pró-Pobre Entre Os Municípios Do Estado Do Ceará - Brasil : Uma Abordagem Espacial. **Revista do Desenvolvimento Regional**, [S. I.], p. 276–296, 2014.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil, afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000. **Observatório da Economia Global**, [S. I.], v. 6, p. 1–37, 2011.

SON, Hyun Hwa. A note on pro-poor growth. **Economics Letters**, [S. I.], v. 82, n. 3, p. 307–314, 2004. DOI: 10.1016/j.econlet.2003.08.003.

TOCHETTO, DANIELA GOYA; RIBEIRO, EDUARDO PONTUAL; COMIM, FLAVIO VASCONCELOS; JUNIOR, Sabino da Silva Porto. Crescimento pró-pobre no Brasil – uma análise exploratória. **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia**, [S. I.], 2004.

LIFTING Families Out of Poverty in Brazil - Bolsa Família Program. **Banco Mundial**, 2010. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20120106221945/http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERRNAL/COUNTRIES/LACEXT/BRAZILEXTN/0,,contentMDK:20754490~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:322341,00.html>>. Acesso em: 11 de jul. de 2021.